

A POLÍTICA DE PARCERIA PARA INCLUSÃO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO¹

Agda Felipe Silva Gonçalves – PPGEES-UFScar²

agdavix@msn.com

Denise Meyrelles de Jesus – PPGE-UFES³

jesusdenise@hotmail.com

Resumo: A reflexão em torno do tema “Inclusão escolar” pressupõe uma discussão que traga o debate inclusão/exclusão, considerando as dimensões sociais, econômicas e políticas no reconhecimento e estabelecimento de uma educação para todos. Dentro desse enfoque, objetivamos neste trabalho destacar a análise dos processos que desenham e impulsionam as políticas de educação especial/inclusão escolar em diferentes regiões do Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: inclusão escolar; políticas de educação; Estado do Espírito Santo.

Introdução

“Inclusão escolar” é um termo que abrange o significado de ações, posturas sociais e políticas mais democráticas, visando ao reconhecimento e estabelecimento dos direitos dos grupos excluídos dentro da sociedade, pela via da escola.

Consubstanciado nesse enfoque o nosso debate acerca da inclusão escolar, pressupõe uma reflexão acerca do espaço escolar e para além deste também, pois a discussão é mais ampla. Devemos considerar que esse debate abarca dimensões sociais, econômicas e políticas. Uma política que traga o debate inclusão/exclusão, reconhecendo o direito à educação para todos como expressa Cury (2002):

[...] quando são reconhecidos novos direitos, como o de as crianças menores de 6 anos terem uma escola adequada à sua idade, ou quando se reconhece, ainda hoje, o direito de as mulheres, os jovens e adultos entrarem nas escolas. Aqui também é o caso [...] [de as pessoas com] necessidades especiais que, por alguma razão, se vêm prejudicados na sua locomoção educacional, que atenda às suas peculiaridades (CURY, 2002, p. 261).

Adentrando na discussão acerca do reconhecimento da educação como um direito de todos o autor nos remete a uma reflexão que aponta o direito à educação como um direito político, advindo daí a importância a ser dada à escolarização de todas as pessoas dentro da sociedade.

O direito à educação decorre de dimensões estruturais coexistentes na própria consistência do ser humano. A racionalidade, expressa da ação consciente do homem sobre as coisas, implica também o desenvolvimento da capacidade

cognoscitiva do ser humano como meio de penetração no mundo objetivo das coisas. A racionalidade é também condição do reconhecimento de si, que só se completa pelo concomitante reconhecimento igualitário da alteridade. Só com o desenvolvimento destas capacidades é que ação do homem com o outro e sobre as coisas torna-se humana e criativa [...] E como os atores sociais sabem da importância que o saber tem na sociedade em que vivem, o direito à educação passa a ser politicamente exigido como uma arma não violenta de reivindicação e de participação política (CURY, 2002, p. 261).

É esse tipo de participação política que o nosso grupo de pesquisa intitulado: “Políticas de Inclusão Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo busca fomentar, no percurso de investigação acerca da inclusão escolar nos municípios do Estado do Espírito Santo.

Como reivindicação à participação política, o nosso grupo de pesquisa vem percorrendo um caminho investigativo, desde 2007, com a meta de conhecer, pela via da discussão grupal, os processos engendrados e que engendram políticas de educação especial/inclusão escolar em diferentes regiões do Estado contemplando as onze Superintendências Regionais da Educação - SRE, a saber: Colatina, Guaçuí, Linhares, Nova Venécia, São Mateus, Vila Velha, Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Cachoeiro do Itapemirim, Carapina, Cariacica, sendo que cada uma das onze SREs é composta por um grupo de municípios como indicamos abaixo:

- Superintendência Regional de Educação Afonso Cláudio.
SRE- Afonso Cláudio
Municípios: Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Venda Nova do Imigrante, Santa Maria de Jetibá e Afonso Cláudio.
- Superintendência Regional de Educação Barra de São Francisco –
SRE- Barra de São Francisco
Municípios: Água Doce do Norte, Ecoporanga, Águia Branca, Mantenópolis e Barra de São Francisco.
- Superintendência Regional de Educação Cachoeiro de Itapemirim –
SRE – Cachoeiro de Itapemirim
Municípios: Castelo, Jerônimo Monteiro, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Mimoso do Sul, Muqui, Vargem Alta, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Atílio Vivacqua e Cachoeiro de Itapemirim
- Superintendência Regional de Educação Carapina- **SRE- Carapina**
Municípios: Santa Teresa, João Neiva, Ibraçu, Aracruz, Fundão, Vitória e Serra
- Superintendência Regional de Educação Cariacica – **SRE - Cariacica**
Municípios: Santa Leopoldina, Marechal Floriano, Viana e Cariacica.
- Superintendência Regional de Educação Colatina- **SRE - Colatina**

Municípios: Ato Rio Novo, Baixo Guandu, Governador Lindenberg, Itaguaçu, Itarana, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Roque do Canaã e Colatina.

- Superintendência Regional de Educação Guaçuí - Comendadora Jurema Moretz-Sohn
SRE – Guaçuí- Comendadora Jurema Moretz-Sohn
Municípios: Alegre, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna, Muniz Freire, São José do Calçado, Dolores do Rio Preto e Guaçuí.

- Regional de Educação Linhares – **SRE - Linhares**
Municípios: Rio Bananal, Sooretama, Linhares
- Superintendência Regional de Educação Nova Venécia –
SRE – Nova Venécia
Municípios: Boa Esperança, Montanha, Mucurici, Pinheiros, Ponto Belo, São Gabriel da Palha, Vila Pavão, Vila Valério e Nova Venécia.

- Superintendência Regional de Educação São Mateus –
SRE – São Mateus
Municípios: Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário e São Mateus.

- Superintendência Regional de Educação Vila Velha- **SRE - Vila Velha**
Municípios: Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Piúma e Vila Velha.

Trilhando o percurso investigativo na interação com as Superintendências Regionais de Educação - SREs

Como frente de trabalho investigativo, sob a coordenação das Professoras Dra. Denise Meyrelles de Jesus e Dra. Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto temos interagido com os 78 municípios que compõem a totalidade das SREs, trilhando um caminho metodológico delineado pela via de grupos focais. A metodologia do grupo focal nos auxilia na compreensão da realidade a partir da demanda apresentada pelo próprio grupo pesquisado (GATTI, 2005).

Nossa intenção investigativa, por meio do grupo focal, reside, principalmente, em conhecer os processos a partir daqueles que os praticam, bem como analisar, com os grupos de municípios das onze SREs suas expectativas, atitudes e perspectivas para a área, focalizando as ações/políticas da educação especial/inclusão escolar em cada município. Para tanto elaboramos nossas mediações com os grupos das SREs em quatro momentos como apresentamos a seguir:

- 1º Momento - Ano de 2007 - I Ciclo de encontros. Os encontros aconteceram nas sedes da SREs e os interlocutores foram os profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar/educação especial de cada município, integrando também os profissionais das instituições de educação especial. A meta, nesse momento, constituiu-se em acompanhar como estavam sendo vivenciadas, nos municípios, as políticas que estavam se instituindo a partir das realidades locais e apresentar dados oficiais do Ministério da Educação concernente aos municípios integrantes das onze SREs.
- 2º Momento - Ano de 2008 – Realização do **“1º Colóquio de Pesquisa em Políticas de Educação Especial/Inclusão Escolar do Espírito Santo”**, ocorrido entre os dias 8 e 9 de maio de 2008, que teve como principais objetivos: criar dispositivos disparadores de outras/novas ações/políticas; avaliar todo o processo de pesquisa; discutir com os participantes nossas análises e buscar constituir com o grupo novas perspectivas de análise, a partir dos olhares daqueles que estão na prática; socializar com o grupo de profissionais capixabas estudos realizados em outros estados (São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) que têm objetivos semelhantes ao do Espírito Santo.
- 3º Momento – Ano de 2008/2009 – II Ciclo de encontros. Os encontros aconteceram nas sedes das SREs com o objetivo de devolutiva das análises do I ciclo de visita e do 1º Colóquio, bem como captar o movimento dos municípios a partir da vivência dos dois primeiros momentos. Como disparador de reflexão das ações foram discutidos alguns indicadores de políticas públicas como: Concepções de educação especial e educação inclusiva; Níveis e modalidades de ensino; Serviços de atendimento; Sujeitos da educação especial e educação inclusiva; Política de formação docente: inicial e continuada; Ações compartilhadas entre municípios e superintendências regionais de educação e apresentado o Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria 555/2007 de janeiro de 2008- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- 4º Momento – Ano 2009 – Realização do **“2º Cólóquio de Pesquisa em Políticas Públicas em Educação Especial/Inclusão escolar no ES: dialogando com as produções dos municípios e Superintendências Regionais de Educação”** ocorrido entre os dias 26 e 27 de maio de 2009, com o objetivo de socializar os dispositivos disparadores de outras/novas ações/políticas que se constituem nas diretrizes de cada município. Cada município nesse evento apresentou suas diretrizes e suas ações políticas a partir das interlocuções dentro do movimento da pesquisa.

A expectativa da vivência desses quatro momentos, dentro do movimento da pesquisa, consiste em facilitar a sistematização das ações políticas, desejos e possibilidades vislumbradas por cada município participante.

Dessa forma, este artigo, busca apresentar algumas análises acerca das ações dos municípios envolvidos na pesquisa relacionadas às políticas das secretarias e as parcerias com as instituições especializadas. Essas análises serão discutidas no item a seguir.

Políticas das secretarias municipais para Educação Especial/Inclusão escolar

Neste item nossa proposta de discussão centra-se em uma análise geral das onze SREs que compõem o norte e sul do Estado do Espírito Santo, referente aos dados coletados durante a vivência dos três primeiros momentos do trabalho investigativo, com destaque para as questões relacionadas à política das secretarias municipais no que tange à Educação Especial/Inclusão escolar.

Para esta análise temos como elementos de interlocução o “Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria 555/2007 de janeiro de 2008- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” e as “Diretrizes da Educação Especial da Educação Básica e profissional na Rede Estadual de Ensino” em sua versão preliminar de novembro de 2008.

Nossa análise trata dos dados gerais das onze SREs que compõem o Estado do Espírito Santo e para este item estamos trazendo dados representativos das políticas da secretarias municipais. Não é nosso intento trazer dados específicos de cada município, mas os dados agrupados na região norte e sul do Estado, dentro do desenho das SREs.

Para efeito didático desta análise, estamos considerando as onze SREs em dois grandes grupos: Grupo Norte e Grupo Sul. O Grupo Norte compreende as SREs de Nova Venécia, São Mateus, Linhares, Colatina e Barra de São Francisco. O Grupo Sul por sua vez agrega as seguintes SREs: Carapina, Guaçu, Cachoeiro, Cariacica, Afonso Cláudio e Vila Velha.

Política de dependência

Durante o percurso investigativo de nossa pesquisa, trilhado até o momento, interessou-nos ouvir e dialogar com os profissionais representantes dos municípios componentes das onze

SREs para entendermos a política e a dinâmica no processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Na região norte e sul do Estado coletamos dados que indicam políticas de algumas secretarias em relação à educação especial/inclusão escolar a partir de uma parceria com a instituição de educação especial. Em alguns casos a parceria se torna uma dependência total da instituição, como podemos constatar nos trechos abaixo:

No momento no município "X" nós não fazemos esse atendimento especializado, nem na rede municipal e nem na rede estadual que a gente trabalha também [...] A APAE que nos atende é a de São Gabriel [...] (Município "X" Grupo Norte, SRE- Nova Venécia, 2008, p.18).

Recebi dois alunos da APAE no ano passado, levei mais uns três ou quatro para fazer triagem [...] nós recebemos os alunos lá, inclusive nós queremos agradecer a você, porque ela levou os alunos lá para a escola, conversou comigo, nós fizemos um trabalho integrado, uma parceria, certo? Só que na nossa escola nós não contamos com supervisor, sou só eu e a diretora e nós recebemos a visita dela uma vez até agora, desde o ano passado até hoje. E eu gostaria de dizer o seguinte, que nós professores do núcleo comum, nós estamos sozinhos, porque na verdade as meninas não têm como atender a gente diretamente. Então nós não temos o apoio de um supervisor direto conosco. Esses dois alunos são deficientes mentais, os dois, inclusive vieram prontos para serem alfabetizados, e estão praticamente alfabetizados hoje, estão realmente incluídos, tem um que toca na banda da escola, então foi um trabalho muito gratificante para mim. Só que nos falta aquele apoio pedagógico, ainda está faltando. Se eu não tivesse hoje vinte e cinco anos de alfabetização, eu estaria passando por maus momentos. Mas graças a Deus a gente vai, a inclusão está acontecendo sim, pelo menos em nosso município eu acredito que sim. (Município "M" Grupo Sul, SRE-Guaçu, 2008, p. 15)

O atendimento especializado no município "X" do norte do Estado a dependência se caracteriza de forma bastante peculiar porque as escolas comuns dependem de uma instituição que pertence a outro município, o que configura uma não garantia do poder público local das condições necessárias para escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais.

No caso do município "M" do sul do Estado apesar de a professora elogiar a parceria com a instituição, há em sua fala uma denúncia de que o município não garante o apoio necessário à inclusão desses alunos matriculados. Fica claro também que a iniciativa da inclusão escolar parte dos profissionais da instituição que foram até a escola, conversaram com as professoras e matricularam os alunos. O que o relato indica é que existe um esforço pessoal da professora e diretora em agir em prol da inclusão dos dois alunos oriundos da instituição, mas o município não apresenta uma política de apoio à escola comum.

O documento “Diretrizes da Educação Especial da Educação Básica e Profissional na Rede Estadual de Ensino” em sua versão preliminar de novembro de 2008 indica que para efetivação da Educação Especial de qualidade no Estado do Espírito Santo é preciso considerar as condições concretas da política do sistema de ensino, tendo como princípio orientador “o da escolarização com qualidade social para todos, independentemente de qualquer condição, garantindo as condições necessárias para tal pelo poder público”. (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 14)

A não garantia das condições necessárias à escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais caracterizada nos municípios “X” e “M”, indica uma transgressão às diretrizes elaboradas pelo Sistema de Ensino Estadual de Educação. Nesse caso a reflexão vai além das questões da parceria instituição e escola comum, centra-se em na questão de gestão municipal e estadual.

Em outros casos a política de dependência das secretarias em relação à instituição especializada extrapola as questões da demanda educacional como pode ser analisado por meio da transcrição do diálogo que se segue entre a coordenadora da pesquisa e profissionais do município “Y” do Grupo Sul, SRE-Cachoeiro de Itapemirim ocorrido no segundo ciclo de encontros em 2008:

Professora da escola comum – Município “Y” Grupo Sul:

- A gente vai tentando, vai conseguindo da melhor forma estar atendendo essas crianças. Inclusive esses dois [...] eles fazem um acompanhamento com a fono lá na Pestalozzi, no horariozinho, mesmo que é no horário de aula, mas eles dão um pulinho lá, são atendidos pela fono e retornam para a sala de aula. E a fono já percebeu, porque a gente sempre está em contato, o avanço que eles estão tendo no ensino regular e tudo mais. Então a gente está em processo.

Professora da instituição – Município “Y” Grupo Sul:

Queria fazer só uma colocação, é porque lá na Pestalozzi nós temos 3 fisioterapeutas e uma fono que atende todos os alunos da Pestalozzi e todos os alunos do município e inclusive, desde que seja morador, independente de idade, o médico encaminhando [...] Então há essa parceria. Aí vocês falam: ah, por que a questão? Mas já está sendo estudado, ano que vem a Pestalozzi vai ter que funcionar de qualquer jeito de manhã e de tarde. Porque nós só atendemos de manhã, não tem mais como [...] é muita gente que precisa. Então o que acontece? Vai ter que fazer um rodízio de transporte para que essas escolas, esses alunos que têm escolas de manhã, porque, por exemplo, tem escolas de 1ª a 4ª no município “Y” que só funcionam de manhã, e aí como esse aluno vai ficar à tarde que teria que ir pra gente? Seria o ideal, para poder aproveitar mais [...] então é por isso que eu acho que lá no município

“Y” a gente tem que aproveitar mais e o ano que vem vai ter que funcionar o dia todo. Se Deus quiser! Então só dos alunos, vamos dar um rodízio assim, só de fora são 200 pessoas pelo menos por semana tá, fora os nossos alunos da Pestalozzi.

Coordenadora da pesquisa:

- Eu só queria perguntar a secretaria de saúde do município “Y” não oferece o serviço de fisioterapia, de fono, de psicólogo não?

Professora da instituição – Município “Y” Grupo Sul:

- Tudo na Pestalozzi, porque todo material é nosso.

Professora da escola comum – Município “Y” Grupo Sul:

- A fono e a psicopedagoga são contratadas pela secretaria de educação, porque é da zona rural, é muito difícil o deslocamento. Quem conhece a realidade de lá sabe que é muito difícil.

Nesse diálogo conseguimos captar a dinâmica da parceria entre a secretaria e instituição: total dependência não só em relação aos atendimentos da demanda educacional como também da demanda de todo o município, o que acaba gerando um número elevado de atendimentos dentro da própria instituição. Em continuidade ao diálogo a representante do Setor de Educação Especial do município “Y” abre novas possibilidades de organização para a parceria secretaria e instituição, como podemos constatar por meio de sua fala:

*Tem um ano que eu assumi a área de educação especial/ educação inclusiva. Até então o município não tinha uma pessoa responsável por esse setor. Praticamente não existia a área específica. Para começar o nosso trabalho, eu estava bastante perdida [...] começamos a fazer uma investigação nas escolas todas do município para a gente detectar a quantidade de crianças com NEE, deficientes físicos, enfim. Fizemos um levantamento e o índice de alunos reprovados foi muito alto, eu fiquei assim muito apavorada [...] Então nós criamos o PAMI (Programa de Apoio Multidisciplinar) nas escolas, com o objetivo de contratar profissionais para dar esse apoio [...] é a nossa intenção agora, a partir do final deste ano montar três salas multifuncionais, que a gente conseguiu com verba do Governo Federal. A gente conseguiu essas três salas e a gente pretende implantar [...] Nessas salas multifuncionais a gente pretende implantar em três escolas, uma delas é a Pestalozzi para atender no contra turno, para a gente conseguir matricular as crianças da Pestalozzi na escola regular e no contra turno ser atendido por este apoio educacional especializado. E a gente tá incentivando, fornecendo cursos para os professores estarem se especializando (**Município “Y” Grupo Sul, SRE-Cachoeiro de Itapemirim, 2008, p. 15**).*

O depoimento da representante do Setor de Educação Especial do município “Y”, mostra uma possibilidade de avanço nessa parceria, quando a estratégia de planejamento para o ano de 2009 busca implantar uma nova prática de atendimento ao aluno com necessidades

educacionais dentro da instituição no turno inverso ao da escola comum. Essa estratégia indica uma aproximação com a orientação da política Nacional de Educação Especial

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou em centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2008, p. 10).

Em análise do mesmo tema que estamos tratando neste artigo, Baptista (2008, p. 206) discorre que historicamente o Estado tem se manifestado de forma complementar e não efetiva no que diz respeito à oferta de serviços educacionais públicos para esse alunado “deixando que outros o façam em modo que pode ser considerado muito ‘econômico’”.

Entendemos, assim, que a política de parceria da secretaria do município “Y” do Grupo Sul tem se mostrado bem econômica nos termos indicados por Baptista (2008), não só em relação ao atendimento especializado para o aluno com necessidades educacionais especiais, bem como para toda a população do município.

Outros representantes de algumas secretarias indicam uma parceria/dependência das instituições como a única saída encontrada para as questões da educação especial, mesmo que seja para um atendimento mínimo, pois não há uma representação da educação especial nas secretarias de educação, não há uma diretriz que oriente o trabalho da educação especial e a política efetiva não acontece em seus municípios como destacamos nas falas que se seguem:

[...] não posso estar aqui falando em nome da Educação Especial, pois sou orientador educacional, o único do município “F”, então precisam de mim na Educação Infantil e lá estou, nas séries iniciais vou eu [...] mas nós temos uma parceria com a APAE do município “Z” [...] temos duas salas de recursos que não têm recursos [...] em algum momento vamos ter algum êxito, mas eu sempre saio da Secretaria de Educação no fim do meu dia com a consciência de que o trabalho não foi construído (Município “Z” Grupo Sul, SRE-Afonso Cláudio, 2008, p. 38).

A gente precisava ter no município uma pessoa encarregada da Educação Especial. Temos aluno do sistema municipal que damos reforço, não temos pessoas para recurso como terapeuta e psicólogo, deixa muito a desejar [...] nós da Pestalozzi do município “H”,

atendemos alunos do município “J” (Município “H” Grupo Norte, SRE-Nova Venécia, 2008, p. 20).

Nossa análise não tem caráter generalista, mas reflexivo no sentido de pensarmos que quando a parceria com a instituição se traduz em dependência, mostra fortes indícios de que há uma ausência de políticas para se efetivar o processo de inclusão escolar.

Nesse sentido, discutindo a necessidade de uma política efetiva para a educação especial em cada município, a coordenadora da pesquisa, no encontro com os municípios componentes da SRE-Afonso Cláudio, apontou-nos a seguinte reflexão:

Isso é preocupante até porque a gente termina tendo uma política de governo e não uma política de Estado, porque se nós tivéssemos uma política municipal ou uma política estadual o novo prefeito, o novo secretário municipal, a nova superintendente ou o novo superintendente não poderia mudar porque há uma política que diz que todos os alunos com necessidades educacionais especiais deverão ser atendidos, matriculados na escola. Se essa política não existe cada um faz o que bem entende e cada um faz e aplica verba naquilo que acha que deve [...] (JESUS, 2008, p. 10)

A pergunta que fica após esse quadro, apontando por nossas reflexões, é:

Como instituir outras possibilidades que busquem trilhar caminhos diferentes da parceria/dependência?

O documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” de janeiro de 2008 aponta que o movimento mundial em torno da educação inclusiva está impregnado de uma ação política, cultural, social e pedagógica. Ações essas indissociadas em busca do direito à escolarização sistematizada de todos os alunos, focalizando a participação e aprendizagem de cada um na interação das características individuais sem torná-las desigualdades.

No entanto, o mesmo documento, alerta-nos para o fato de que mesmo com todo o movimento em prol da educação inclusiva, os sistemas de ensino e as políticas implementadas nos últimos anos não alcançaram, em sua totalidade, os objetivos da educação inclusiva em suas redes. Para tal alcance as orientações da política nacional de educação especial apontam

para uma reestruturação dos sistemas, privilegiando ações colaborativas entre escola comum e instituições especializadas.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial [...] Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos [...] no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (BRASIL, 2008, p. 8-9)

Dessa forma a reestruturação dos sistemas reside em instituir práticas colaborativas, pelas quais, escola comum e instituição sigam o caminho da inclusão escolar. Todas as ações devem pautar-se dentro da perspectiva da inclusão do aluno na escola comum.

Em busca desse foco que nosso olhar se volta para os dados coletados que desenham outra lógica de parceria, de atuação conjunta, orientando instituições e escolas buscarem a inclusão por meio de ações colaborativas como podemos constatar nas falas a seguir:

[...] é um trabalho conjunto mesmo, não é só um trabalho de encaminhamento de alunos [...] a prefeitura do município “Q” funcionou desse jeito: quando começou o projeto de educação inclusiva, no começo de 2005, nós fazíamos reuniões na APAE, convidávamos todos os professores das escolas que atendiam nossos alunos, nós mandamos cartas, e o pessoal vinha até a APAE. (Município “Q” Grupo Sul, SRE-Cariacica, 2008, p. 27-28)

[...] nosso município só tem Pestalozzi. Acontece a parceria [...] Hoje já existem alguns alunos que já estão nas escolas regulares, porém a dificuldade é muito grande, para os professores que estão com esses alunos e com relação à formação continuada que não há [...] (Município “D” Grupo Norte, SRE-Colatina, 2009, p. 20)

Esses dois relatos nos dão pistas de que há uma tentativa de instituir outra lógica a ser trabalhado pela escola comum e instituição, não mais de dependência e sim uma busca de parceria, na qual o atendimento especializado tem seu lugar e espaço garantido sem prejuízo do momento de escolarização do aluno com necessidades educacionais especiais na classe comum.

O relato do município “Q” do Grupo Sul nos mostra um diálogo entre profissionais da instituição e da escola comum. Já o relato do município “D” do Grupo Norte, apesar de apontar uma parceria com a instituição em relação à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola comum, expressa uma preocupação com a formação do professor para atuar com os alunos advindos da instituição.

Um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é a garantia por parte dos sistemas educacionais de respostas às necessidades educacionais especiais dos alunos por meio da organização da “formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, p. 8).

Assim a lógica de uma parceria fundamentada em ações colaborativas fomenta possíveis espaços de formação para os dois grupos envolvidos no processo de inclusão escolar, o que pressupõe uma discussão da realidade e da demanda de cada município e de cada instituição.

Os dados aqui analisados e apresentados nos falam, por um lado de parcerias estabelecidas como dependência da instituição, revelando que muitos municípios não possuem uma política de educação especial/inclusão escolar efetiva.

Por outro lado os dados nos dão pistas de que alguns municípios estão buscando a parceria colaborativa com as instituições. Desse modo as ações colaborativas impulsionam um novo perfil para a escola especial que muda de foco, buscando ser uma referência de apoio às escolas comuns e não mais um sistema paralelo, historicamente vinculado ao modelo médico/clínico da deficiência. O “modelo” agora pretendido é traduzido em uma ação essencialmente pedagógica das instituições em frente à deficiência e como apoio substancial à escola comum.

¹ Agências de fomento: FAPES e CNPq.

² Pós-doutoranda do PPGEES- UFSCar – Bolsista CNPq.

³ Professora do PPGE/CE/UFES – bolsista CNPq-PQ

Referências

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002

BAPTISTA, C. R. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. In: **Revista de Educação Especial**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 18-32, jan./jun. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, 2008, p. 1-15.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. **Diretrizes da Educação Especial da Educação Básica e Profissional na Rede Estadual de Ensino/ Documento preliminar**. Vitória, 2008,

JESUS, D. M. **Fala no grupo focal**. Transcrição do Grupo focal de Afonso Cláudio. Superintendência de Afonso Cláudio, 2008, p. 10.

SUPERINTENDÊNCIA DE AFONSO CLÁUDIO. **Grupo focal**. Transcrição do Grupo focal de Afonso Cláudio. 2008, p. 1 – 40.

SUPERINTENDÊNCIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Grupo focal**. Transcrição do Grupo focal de Cachoeiro de Itapemirim, 2008, p. 1 – 31.

SUPERINTENDÊNCIA DE CARIACICA. **Grupo focal**. Transcrição do Grupo focal de Cariacica, 2008, p. 1- 30.

SUPERINTENDÊNCIA DE COLATINA. **Grupo focal**. Transcrição do Grupo focal de Colatina, 2009, p. 1 – 30.

SUPERINTENDÊNCIA DE GUAÇUI. **Grupo focal**. Transcrição do Grupo focal de Guaçuí, 2008, p. 1 – 25.

SUPERINTENDÊNCIA DE NOVA VENÉCIA. **Grupo focal**. Transcrição do Grupo focal de Nova Venécia, 2008, p. 1 – 21.